



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios [AT]

---

#### **IDENTIDADE E RECONFIGURAÇÃO PRODUTIVA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE ARARAQUARA SP – BRASIL: TECENDO UMA NOVA SOCIABILIDADE.**

---

SAPIA DE CAMPOS, Ricardo Luiz

Doutoramento

Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Araraquara. Faculdade de Ciências e Letras (FCL)

[sapiacampos@yahoo.com.br](mailto:sapiacampos@yahoo.com.br)

---

### Resumo

Trata-se de estudo do programa tópico do SEBRAE – Sistema Brasileiro de Pequenas e Médias empresas, intitulado AGROSEBRAE voltado especificamente para a pequena agricultura, e aplicado em diferentes regiões do país. O programa busca dar suporte técnico principalmente via transmissão do conhecimento para pequenas empresas e propriedades rurais. Dos dezanove municípios que compõem a região são pequenos povoados que pela classificação institucional são considerados “municípios agrícolas”, donde têm surgido pequenos empreendimentos especializados que tem contribuído positivamente com a reconfiguração “neo-rural” destes municípios. No mais das vezes as atividades agrícolas ditas “alternativas” valorizam a produção de alimentos com qualidades diferenciadas, sabores, etc. (orgânicos, *fair trade*, *slowfood*, bio-agricultura, selo verde), e também atividades, símbolos e significados ligados a modos e estilo de vida. Os novos agentes tendem a se organizar em torno de ações coletivas propositivas, construtivas e vis a vis autônomas, diferente das grandes mobilizações reivindicatórias típicas da sociedade salarial. Este trabalho discute como estas diferentes categorias (agentes, produtos, programa, espaço) desafiam a tessitura de novas sociabilidades na região em análise.

### Abstract

This paper deals with the study of a program me under SEBRAE - Brazilian System of small and mid-size enterprises. The program me under analysis is AGROSEBRAE. Directed towards small-scale agriculture in different regions of the country, this programme gives technical support (mainly through the transmission of knowledge) to small enterprises and rural estates. The nineteen towns in the region of Araraquara are mainly small and are labeled institutionally as “agricultural towns”. Here, small specialized enterprises have been developed, thus contributing in a positive way to the *neo-rural* reconfiguration of these towns. In many cases, the socall ed alternative agricultural activities value the production of food items with differentiated qualities, taste, ect. (organic, fair trade, slow food, bio-agriculture, green stamp), and also activities, symbols and meanings related to ways and lifestyles. The new agents in this territory tend to be organized around constructive and autonomous collective actions that are different from the mobilizations typical of societies based on sallary. This paper discusses how these different categories (agents, products, programme, space) challenge and weaving of new sociabilities in the region under analysis.

Palavras-chave: AGROSEBRAE, neo-rural, capitalismo cognitivo, agricultura alternativa

Keywords: AGROSEBRAE, neo-rural, cognitive capitalism, alternative agriculture



## Introdução

Ancorado nas ocorrências mundo, o Brasil, e particularmente algumas regiões, passam por processo de profundas transformações produtivas. O estudo que coordeno e que envolve pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação visa mapear e entender a aplicação de programa típico do SEBRAE – Sistema Brasileiro de Pequenas e Médias empresas, voltado especificamente para o meio rural e o desenvolvimento de pequenas empresas agrícolas, denominado *Agrosebrae*, dantes SAI – Sistema Agroindustrial Integrado Trata-se de programa que nasce no cenário das transformações que apontamos e que se constitui em foco do estudo em questão. Aplicado em diferentes regiões do país e buscando contribuir com a construção de territórios produtivos o programa visa dar suporte técnico profissional para pequenas empresas e propriedades rurais se profissionalizarem. O saber, a circulação de conhecimento e formação de redes de interação são os principais pontos trabalhados pelo programa. Dos dezanove municípios que compõem a região ou micro-região sobre a qual se desenvolve a pesquisa, excluindo o município sede de Araraquara, são pequenos povoados que pela classificação institucional são ainda hoje denominados de “municípios agrícolas”. Sobre estes pesava a institucionalização do atraso com estruturas voltadas para o agronegócio. Desde alguns anos que surge e se desenvolve pequenos empreendimentos especializados que tem contribuído positivamente com a reconfiguração “neo-rural” destes municípios. Normalmente as atividades agrícolas ditas “alternativas” valorizam além da produção de alimentos com qualidades diferenciadas, sabores, etc. (orgânicos, *fair trade*, *slow food*, bio-agricultura, selo verde), atividades, símbolos e significados ligados a modos e estilo de vida que valorizam o território e sua construção. A relação cidade urbano industrial x campo rural agrícola é completamente subvertida no cenário desta “pós-ruralidade” apontando para o desenvolvimento de atividades qualificadas e subjetivadas muitas das quais conectadas ao cenário global. Os novos agentes ou atores deste processo tendem a se organizar em torno de ações coletivas propositivas e construtivas diferentes das grandes mobilizações reivindicatórias típicas da sociedade salarial. Uma característica é a maior sedimentação e construção de identidades locais, mesmo considerando que estes novos espaços são lócus de imigração, ainda que com características bastante diferentes do período de hegemonia industrial. A pesquisa está em fase de conclusão contando com mapeamento, trabalho de campo e banco de dados.

## Região de Araraquara: o “local da produção”

Existem caminhos para entender determinado local ou região bem como as relações sociais cristalizadas neste local. Um deles é a partir das diferenças existentes em determinada região. O que significa, portanto, que o mais importante é entender todas as relações e particularidades disseminadas no âmbito do território<sup>1</sup> e a partir desta miríade e pluralidade para entender a complexa rede de relações existentes.

Existe ainda um segundo caminho, que chamo de “igual” e que procura revelar uma identidade local ou regional a partir das igualdades. Busca estabelecer um contexto hegemônico planejado que apesar de insistir no majoritário e nos “índices estatísticos”, despreza, ou então da pouca relevância às diferenças, as pequenas ocorrências, etc. A título de exemplo, acredito que seja este o caso quando se entende a região de Araraquara bem como outras do interior do Estado de São Paulo como territórios ou regiões meramente canavieiros. São majoritariamente canavieiros lembrando que o sucesso de tais atividades depende de complexa rede de relações a qual aponto adiante. Becattini e Zorini (2003) apontam que as áreas com disparidades e conflitos de interesse e que são economicamente e culturalmente heterogêneas, podem, dependendo da relação estabelecida, das redes institucionais criadas, do fluxo de comunicação e de troca de saberes, fazer com que tais conflitos, sejam colocados favoravelmente ao desenvolvimento desta mesma região. Segundo estes autores a interdependência de fenômenos culturais, sociais e econômicos diferentes é mais importante que a planificação e a identificação de homogeneidades. Segundo Becattini (2000) analisando algumas experiências italianas existe um misto de cooperação e competição que faz com que os empreendimentos se utilizem dos espaços abertos pelos grandes aglomerados produtivos. Os grandes aglomerados por sua vez se valem do conhecimento gerado pelas pequenas empresas.

Este trabalho de pesquisa, busca neste sentido “construir locais”. A construção do local neste ponto se identifica com o que Bourdieu (2003) chamou de “campo”, ou “delimitação do campo de pesquisa”. Campo

como local empírico de socialização e campo como espaço simbólico das relações sociais. Mas concebo o campo também como possibilidade aberta, “possibilidades”, digamos, de se definir como local e ao mesmo tempo de se “deslocalizar”<sup>ii</sup>. O local ou no mínimo a definição ou conceito de local com o qual trabalho se constitui mais numa ampla possibilidade de “devir”<sup>iii</sup> do que propriamente numa dada delimitação física ou territorial (Deleuze; GUatarri, 1997). Dito de outra maneira, local que se afirma como tal delimitando tanto um espaço físico como uma característica empírica e objetiva, quanto simbólica e subjetiva. Local que apesar de positivamente se afirmar na discriminação acaba por negar a essência da sua própria cristalização. Ou seja, na negação da sua essência ele abre espaço para novas definições, novas características e diversidades locais.

A região de Araraquara é institucionalmente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto a qual se destaca como região de vocação agrária<sup>iv</sup>. Ainda que marcante a presença do assalariamento rural voltado para os grandes complexos produtivos, principalmente da cana-de-açúcar, a região é apontada como das principais do país em vocação para pequenas empresas agroindustriais. Segundo o cadastro do INCRA (2006), havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires. Segundo dados do recente Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009), são atualmente um mil cento e cinquenta propriedades rurais no município, das quais 47,04% variam entre 10 e 20 hectares, representando um total de 541 propriedades. Um percentual bastante alto se comparada com outras regiões e municípios do Estado (PROJETO LUPA, 2009). Dos resultados do questionário que aplicamos resulta que a maior incidência relativa aponta uma média de tamanho de propriedade para o que definimos como região de Araraquara, ou seja, com os dezanove municípios que a compõe, da ordem de 10 até 50 alqueires. Lembrando que o SEBRAE considera pequeno e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais o limite de 10 até 50 hectares micro-empresas, e de 50 até 100 hectares de terra pequenas empresas, SEBRAE (2006).

De todo modo, trabalhar com definição rígida de tamanho de propriedade parece que não ajuda muito uma vez que a relação entre renda e tamanho da propriedade aumenta muito dependendo do tipo de empreendimento. Por exemplo, na pesquisa encontramos caso de propriedades com três hectares, ou então pouco mais de 1,5 alqueires e que tinha renda superior a outras propriedades com até cinquenta hectares. Mas para definição do local ou da região o importante é apontar que houve nos últimos anos crescente diminuição do tamanho das propriedades aumentando por outro lado o número delas conforme apontei acima. Aliás, esta é uma tendência interessante e que caracteriza a geografia agrícola do Estado de São Paulo. O último LUPA de 2007/2008 apresentou dados comparativos com aqueles dos anos de 1995/96 do LUPA anterior. O estudo aponta que houve um aumento significativo do número de propriedades entre um e quinhentos alqueires enquanto as propriedades de quinhentos até dez mil alqueires sofreu significativa diminuição. Interessantemente o maior aumento da ordem de 27,3% no período, foi daquelas propriedades que variam entre cinco e dez alqueires seguida com 24,7% das propriedades que têm entre dez e vinte alqueires. Ocorre que as propriedades entre um e dois alqueires aumentaram 27% no período, o maior aumento, praticamente igual àquelas entre cinco e dez alqueires. (PROJETO LUPA, 2009). As propriedades entre cem até duzentos alqueires aumentaram apenas 3,1% e entre duzentos e quinhentos alqueires 2,3%.

Pois bem, o estudo LUPA (2009) constata o aumento do número de propriedades e a diminuição de áreas referente a este aumento, apesar de que houve um pequeno aumento da área total voltada para agricultura na região, da ordem de 2,5%, suspeito das poucas áreas de reserva que ainda restavam no período.

Da pesquisa por amostragem nos dezanove municípios que constituem a “região de Araraquara” a média do tamanho das propriedades reside entre dez e cinquenta alqueires, porém, com grande incidência 24% de propriedades entre 1 e 5 alqueires de terra, e 26% de propriedades entre cinco e dez alqueires.

Interessantemente há o aumento da área plantada em cana, bem como da produção, sendo São Paulo o Estado o maior responsável pela produção de cana para a indústria, mas já apresentando características de “transferibilidade”<sup>v</sup>.

O Estado de São Paulo, em 2006, responde por 60,7% da área total de cana-de-açúcar para indústria no Brasil. Em 2015, esta participação poderá cair para 54,9% devido, principalmente, à maior disponibilidade e ao menor preço da terra em outras regiões. Além disso, poderá contribuir para a maior expansão no centro oeste brasileiro a melhoria da logística de escoamento da produção, com a possível construção por parte da Transpetro de dutos que interligariam o terminal São Simão em Goiás à refinaria de Paulínia e ao terminal de Guararema em São Paulo (Torquato, 2006, p.03)

É, portanto, importante considerar estas características do Estado de São Paulo. Um Estado “rico”, conforme é noticiado aos quatro cantos, com monocultura e algumas concentrações de latifúndio, apresentando a melhor logística e desenvolvimento tecnológico do país, e, ao mesmo tempo, com muitas e significativas pequenas propriedades e empresas agrícolas e assim, com vocação produtiva para a agricultura de pequeno porte, ou empresas agrícolas, e até mesmo para “propriedades rurais”.

Considerando a vocação agrícola da região e apontando para a caracterização territorial desta mesma região cristalizada em pequenas propriedades rurais foi que o SAI/SEBRAE buscou atuar principalmente por meio de políticas de capacitação técnica profissional.

Dentre os municípios estudados existem diferenças consideráveis como, por exemplo, se pegarmos a cidade de Dobrada ou Santa Ernestina que tem quase a totalidade de suas áreas ocupadas com cana-de-açúcar, algo em torno de 93%, (PROJETO LUPA, 2009), deixando muito pouco espaço para outros empreendimentos, e desde já apontando que nem mesmo está “hegemonia” canavieira esconde ou anula os poucos núcleos de pequena produção existentes no município conforme constatamos de citrus, leite, horticultura. Caso diferente acontece com o pequeno (6.672,50 hectares, PROJETO LUPA, 2009) e exemplar município de Candido Rodrigues, que apresenta forte vocação para a cultura de citrus, e assim com apenas 44, 80% de sua área agricultável plantada em cultura perene dentre as quais a cana-de-açúcar, ou mesmo Itápolis o grande município do interior paulista em extensão territorial, e que possui apenas 38,63 % em área agricultável plantada em cultura temporária, dentre as quais inclua-se a cana-de-açúcar segundo dados do último LUPA (2009).

Outro fator que deve ser apontado como indicativo, sem que, contudo, tenha perseguido este viés de estudo, é que cerca de 80% dos entrevistados da região possuem a maior parte de suas propriedades em cana-de-açúcar, indicando que com esta área auferem relativamente menos renda com relação à parte menor da propriedade destinada à policultura ou empreendimento agrícola nos moldes dos que estamos discutindo. Porém, são unânimes em indicar a segurança dada “pela cana”, principalmente quando em relação de arrendamento. Esta é, se pode dizer uma característica da região, mas que ao que penso tem a ver mais com o tipo de atividade e organização do trabalho do que com a região propriamente dita.

Como se sabe a agricultura é um tipo de atividade por excelência dada aos riscos e incertezas. Por mais que a precisão científica, a intervenção e conquistas normalmente atribuídas à sociedade industrial tenham diminuído e minimizados estes riscos. E, além dos riscos naturais soma-se àqueles ligados a política agrícola, escoamento da produção em se tratando de produtos perecíveis etc. Por isso tem-se uma hipótese, digamos clássica, atribuída mas mobilizada por Mendola (2006, p.81-86, tradução nossa), segundo a qual:

Os riscos da produção agrícola induzem as famílias de camponeses a serem cautelosas em suas decisões [...] não sendo de se espantar que os agricultores [...] sejam avessos ao risco quando fazem uma escolha de produção. [...] Lipton sustenta que os pequenos agricultores são necessariamente avessos ao risco, sobretudo quando devem decidir com vistas à satisfação das suas necessidades primárias através da produção agrícola, para não cair em condição de indigência. [...] Se pode concluir que os indivíduos são extremamente sensíveis aos incentivos, particularmente em se tratando daqueles que implicam em ganhos imediatos, mais do que grandes ganhos futuros<sup>vi</sup>.

Foram raros casos de empreendimentos e propriedades que não tivessem a característica de possuírem a maior parte da propriedade destinada ao fornecimento de cana-de-açúcar para a indústria, (usinas da região) e a menor porção às “atividades de risco”. Ou pelo menos a considerada pelos entrevistados como sendo atividade de riscos.

## **Espaços alternativos de “pós ruralidade”**

É neste cenário “improvável” de tradição monocultora e vis a vis concentradora de terra e renda que surgem células ou núcleos produtivos ditos alternativos. Esta alternatividade diz respeito, sobretudo aos novos espaços produtivos e de sociabilidade que são construídos em regiões como o marco Araraquara.

O projeto, já em fase de conclusão, mapeou um arco de cerca de 220 pequenos empreendimentos ditos alternativos ao modelo agroexportador, tido no mais das vezes como hegemônico na região.

A chamada pós ruralidade inaugura, sobretudo, conforme Leal (2007) um novo espaço de sociabilidade com possibilidades etnográficas. Ou seja, de descobertas e transformações dos territórios. Assim, temos pensado estes novos espaços de sociabilidade (e possibilidades) como “ambientes abertos”, ou seja, a serem construídos, e que guardam a semelhança além desta possibilidade, também da pluralidade.

O que estes novos espaços de pós ruralidade têm em comum, considerando estritamente os casos trabalhados na pesquisa, tanto quanto experiências mundo, é, por definição, serem ambientes de subjetividade. Todos, seja por fatores estéticos (consumo de paisagens, retorno a origem, etc.), muito explorado pelo chamado turismo rural; sabor e gosto, preservação do patrimônio cultural (“arca do gosto”, movimento *slow food*, madre terra), que englobam fatores de conscientização como preservação do meio ambiente e pautas de saúde pública como selo verde, produção orgânica; também atinentes às novas formas de produzir como permacultura, mandala, etc.

Esta alternatividade remete a capacidade do agente produtivo reunir características empreendedoras básicas como conhecimento produtivo e execução do trabalho em torno dum projeto que valoriza o conhecimento como principal força produtiva.

## **Epilogo: capitalismo cognitivo**

O capitalismo cognitivo se nutre de “formas de vida”. (Vercellone, 2011; Paulrè, 2011). Nada escapa do capital, que se auto valoriza canibalizando a potencia da vida em seus mínimos detalhes. O *savoir-faire* enquanto capacidade e construção genuína de quem produzir, ensejando uma capacidade interativa e coletiva, é agora apropriado, privatizado e d’alguma forma vendido para os genuínos produtores. Não existe externalidades, ou espaços improdutivos que não estejam sujeitos ao processo de apropriação. Apropria-se ideias, formas de vida, alternatividades, tudo. Lembrando que o maior paradoxo reside exatamente neste ponto, pois o sistema se alimenta da própria resistência em seus elementos mais vitais e construtivos. A aposta é que esta instrumentalidade do sistema não consiga se apropriar da potencia criativa – do “mundo vivido” das alternatividades produtivas e de consumo como estas novas formas de produzir e consumir. Assim, as “formas de vida” nunca se reduzem á “formas”. Os instrumentos de produção com os quais produzimos “a nossa” riqueza (sentido, gosto, tato, olfato e outros elementos vitais) não podem ser absolutamente capturados ou expropriados. Portanto, as alternativas produtivas revelam ações cotidianas de resistência.

## **Referencias Bibliográficas**

Becattini , G.; Zorini, L. O. Identità locali rurali e globalizzazioni. La Questione Agrária, Bologna, n.01, 2003.

Becattini, G. Dal distretto industriale allo sviluppo locale: svolgimento e difesa di una Idea. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

Bourdieu, P. Questões de sociologia. Lisboa: Fim de Século, 2003.

Deleuze, G.; Guattari, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

INCRA. Relatório de Atividades do INCRA 1995 – 1999. Disponível em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2006.

Leal J. *Usos da ruralidade: apresentação*, *Etnográfica* [Online], vol. 11 (1) 2007, posto *online* no dia, consultado no dia 25 Junho 2014. URL: <http://etnografica.revues.org/1874>; DOI: 10.4000/etnografica.1874

Mendola, M. Le scelte di produzione delle famiglie contadine: aspetti istituzionali e comportamentali nella teoria econômica. *La Questione Agrária*, n. 02, 2006.

PROJETO LUPA 2007/2008. Censo agropecuário do estado de São Paulo, São Paulo, IEA, CATI, SAA, 2009.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Setor de Capacitação, 2006. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp>. Acesso em: 30 ago. 2006.

Torquato, S. A. Cana de açúcar para indústria, o quanto vai precisar crescer. *Revista Análise e Indicadores do Agronegócio*, v.1, n.10, out. 2006. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana\\_industria\\_000fl7vggq702wyiv80isprrdnmik1s.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana_industria_000fl7vggq702wyiv80isprrdnmik1s.pdf). Acesso em: 03 mai. 2005.

Vercellone, C. *A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro*; FUMAGALLI, A. e mezzadra, S. (org.), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

---

<sup>i</sup> Por território entendo a localização – “territorialidade” – donde se cristalizam aspectos complexos atribuídos à definição de “local”. É no território que o local se define.

<sup>ii</sup> Um “lugar” que não é meramente espaço, e nem apenas produzido ao longo de determinado tempo pela natureza, ou mesmo pelo homem. Trata-se de “lugares”, de singularidades carregadas de símbolos e significações, carregada de ideias, sentidos e valores. Trata-se, contudo, de um ambiente vivo e dinâmico que é alterado o tempo todo por aqueles que o habitam. O movimento de “deslocalização” consiste na desconstrução que é neste mesmo movimento “construção de local”.

<sup>iii</sup> Pensamos o conceito de local como “devir”. Ou seja, uma delimitação localizada de espaço como conceito filosófico de desconstrução, perenidade e mudança constante. Mas o devir, tal qual e concebido pela filosofia, e aqui também, é o “desejo” de tornar-se, de realizações completas da sua essência, de vir a ser aquilo que já é em potencia. Ver Deleuze, G; Guatarri, F. (1997).

<sup>iv</sup> Em Parceria firmada recentemente entre o município de Araraquara via prefeitura e universidades italianas preocupadas com o tema do desenvolvimento local, como no caso “100 Città per 100 progetti Italia-Brasile” o estudo de território, demonstra e reforça a “vocação” ou “vocacionalidade” do município para o desenvolvimento produtivo local voltado para o setor tido como agroindustrial.

<sup>v</sup> Em minha tese de doutorado, apontava o que chamei de “efeito transferibilidade”. Por efeito transferibilidade entendia então (2007) fatores como logística, alto preço da terra em São Paulo comparado a outros estados do país, desgaste natural do solo, custo de mão-de-obra, dentre outros pontos mais localizados que discuti naquele momento, e que apontavam exatamente para este efeito no qual a “geografia da cana”, naturalmente, (sem levar em conta fatores outros previsíveis ou não, como os rearranjos da economia que poderiam impulsionar ou frear este processo), se deslocaria para o centro-oeste e centro norte do país. (CAMPOS, R. L. S., 2007).

<sup>vi</sup> Tradução nossa do italiano: “*La rischiosità della produzione agricola induce le famiglie contadine ad essere “caute” nelle proprie decisioni [...] e non é certo sorprendente ipotizzare che gli agricoltori [...] siano avversi al rischio quando compiono una scelta produttiva. [...] Lipton sostiene che il piccoli agricoltori sono necessariamente avversi al rischio in quanto devono essere inanzitutto certi di poter soddisfare i propri bisogni primari attraverso la produzione agricola e non cadere in una condizioni dio indigenza. (Lipton, Longhurst, 1989 )[...] Si puo concludere che gli individue sono estremamente sensibile alle incentivi, in particolare a quelli che implicano un guadagno mimediato, piuttosto che grandi guadagni futuri [...]*”